



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SAPIRANGA EM 12.08.2015

Aos 12 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003758-29.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto, pela Diretora de Secretaria Bárbara de Oliveira Frank e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 10.07.1990

**Data da última correição realizada:** 12.08.2014

**Data de Instalação do PJe:** 18.08.2014

**Jurisdição:** Araricá, Campo Bom, Nova Hartz, Sapiranga

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 12.08.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	<b>Juiz Titular</b>	Desde 1º.08.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 31.07.2015)

##### 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga pertence à 61ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 2ª e 3ª Varas do Trabalho da Comarca e a Vara do Trabalho de Estância Velha. Essa circunscrição compreende 3 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juizes



Substitutos **Carlos Ernesto Maranhão Busatto**, **Charles Lopes Kuhn** e **Adriana Ledur**.

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	<b>Juiz Titular desde 13.08.2012</b>		
1	<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	<b>06.02 a 07.03.2014</b>	<b>Atuou</b> em razão das férias do Juiz Titular	1 mês e 2 dias
2	<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	<b>Juiz Substituto zoneado na Circunscrição</b>		
		<b>10.04 a 11.07.2014</b> <b>15.09 a 19.11.2014</b> 12.03 a 14.07.2015	<b>Atuou</b> como Juiz Auxiliar na 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Saporanga, em regime compartilhado	9 meses e 11 dias
		<b>20.11 a 19.12.2014</b> 09.02 a 10.03.2015 <b>16.07 a 14.08.2015</b>	<b>Atuação</b> em razão das férias do Juiz Titular	3 meses e 1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 31.07.2015)

### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	Férias	06.02 a 07.03.2014 20.11 a 19.12.2014 09.02 a 10.03.2015 <b>16.07 a 14.08.2015</b>	<b>120 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 31.07.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Bárbara de Oliveira Frank	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	31.08.2012
2	Rodrigo Diefenthaeler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	17.08.2009
-	Bruno Luís Bressiani Martins	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	10.03.2014
3	Giselle Belloc Valente	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	05.12.2012



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4	Jorget Tanous	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	15.09.2014
5	Edu Afonso de Quadros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	28.10.1993
6	Robinson Santos Godói	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	14.11.2005
7	Mônica Peruchi	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	23.11.2011
8	Ana Cristina da Rosa	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>19.08.2013</b>
9	Anelisa Maristela Althaus	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>17.03.2014</b>
10	Letícia Nunes de Albuquerque	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>05.11.2014</b>
11	Luciane Buosi Benides	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>09.03.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.07.2015)

\* A servidora Giselle Belloc Valente registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 25.10.1993 a 23.01.1994.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.391 processos	1.001 a 1.500	<b>12 servidores</b>	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	<b>Total</b> (em dias)
<b>Ana Cristina da Rosa</b>	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Anelisa Maristela Althaus</b> (desde 17.03.2014)*	-	-	-
<b>Bárbara de Oliveira Frank</b>	Curso ou Evento	2	<b>5</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
<b>Bruno Luís Bressiani Martins</b> (desde 10.03.2014)*	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Edu Afonso de Quadros</b>	-	-	-
<b>Giselle Belloc Valente</b>	Curso ou Evento	1	<b>4</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
<b>Jorget Tanous</b> (desde 15.09.2014)	Curso ou Evento	1	<b>6</b>
	Dispensa Médica	4	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Letícia Nunes de Albuquerque</b> (desde 05.11.2014)*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	<b>1</b>
<b>Luciane Buosi Benides</b> (desde 09.03.2015)*	-	-	-
<b>Mônica Peruchi</b>	-	-	-
<b>Robinson Santos Godói</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	<b>2</b>
<b>Rodrigo Diefenthaler</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.07.2015)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Rosemy Teresinha Kist de Castro	06.05.2013	<b>13.07.2014</b>	1 ano, 2 meses e 8 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo
2	Luciano Karlo Pertschi	13.02.2013	<b>03.08.2014</b>	1 ano, 5 meses e 21 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)*
3	Carla Diniz Franca Criscollo	06.05.2013	<b>05.10.2014</b>	1 ano e 5 meses	Remoção de Ofício para o TRT da 3ª Região

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.07.2015)



\* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.07.2015.

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	-	12	1,5	<b>13,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 31.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Ana Cristina da Rosa</b>	-	20	17,5	<b>37,5</b>
<b>Anelisa Maristela Althaus</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Bárbara de Oliveira Frank*</b>	-	28	5,5	<b>33,5</b>
<b>Bruno Luís Bressiani Martins</b>	-	8	441,5	<b>449,5</b>
<b>Edu Afonso de Quadros</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Giselle Belloc Valente</b>	-	20	76	<b>96</b>
<b>Jorget Tanous</b>	20	26	403,5	<b>449,5</b>
<b>Letícia Nunes de Albuquerque</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Luciane Buosi Benides</b>	-	8	45	<b>53</b>
<b>Mônica Peruchi</b>	-	20	55	<b>75</b>
<b>Robinson Santos Godói</b>	-	20	30	<b>50</b>
<b>Rodrigo Diefenthaeler</b>	-	6	-	<b>6</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestora da Unidade Judiciária.



### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.143	1.689	47,77%	1.422	-15,81%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	113	197	74,34%	185	-6,09%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.697	1.888	11,26%	1.936	2,54%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	59	53	-10,17%	45	-15,09%
<b>Total</b>	<b>3.012</b>	<b>3.827</b>	<b>27,06%</b>	<b>3.588</b>	<b>-6,25%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

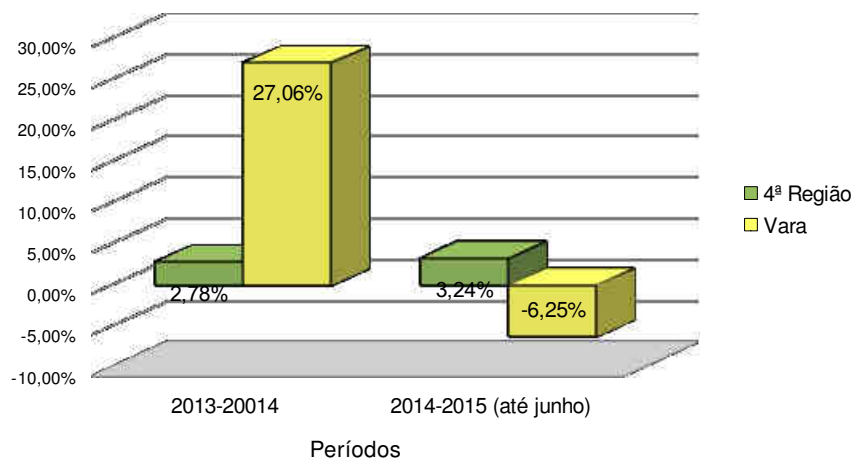
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 27,06% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 546 processos); somente o acervo de cartas precatórias registrou queda (06 processos, o que importa em um decréscimo de 10,17%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na 1ª Vara do Trabalho de Saporanga em 2014 foi bastante superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Todavia, no período de janeiro a junho de 2015 o estoque de processos tramitando recuou 6,25%, índice que destoou da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Varição percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.06)	Varição 2014-2015
<b>Casos novos</b>	1.407	1.509	7,25%	597	-60,44%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	6	2	-66,67%	3	50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) *</b>	1.539	1.249	-18,84%	603	-51,72%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>489</b>	<b>683</b>	<b>39,67%</b>	<b>685</b>	<b>0,29%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

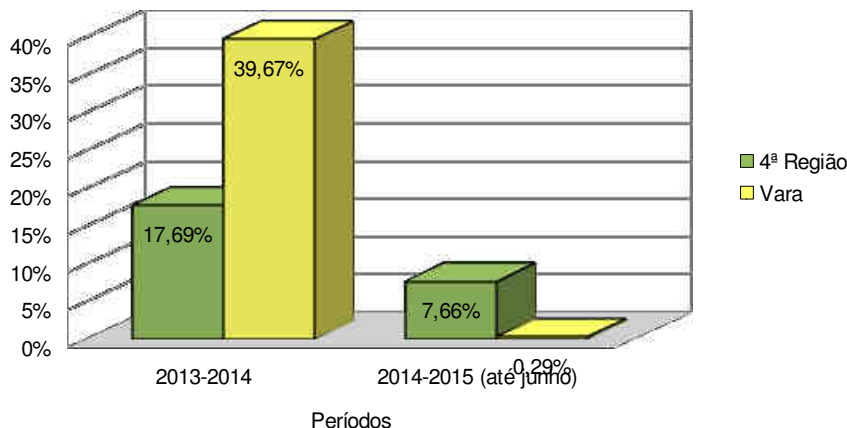
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 39,67% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 489 para 683 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi a queda de 18,84% na média mensal de processos solucionado (a qual passou de 128 processos, em 2013, para 104,08 processos, em 2014), combinada com um avanço de 7,25% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Por sua vez, os dados do primeiro semestre de 2015 apontam pouca variação no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento, ao contrário da média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, que vem apontando aumento do estoque.



Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (68,67%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, em 31.12.2014, não havia processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	205	212	3,41%	198	-6,60%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	277	469	69,31%	479	2,13%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	6	2	-66,67%	7	250,00%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	1	0	-100,00%	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>489</b>	<b>683</b>	<b>39,67%</b>	<b>685</b>	<b>0,29%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 1ª Vara</b>	24,22%	37,55%	55,01%	53,00%	41,15%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]





A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 37,55% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 55,01% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 6,78 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	1.094	71,09	714	57,17	307	50,91
	Julgado procedente	13	0,84	70	5,6	27	4,48
	Julgado procedente em parte	274	17,8	267	21,38	151	25,04
	Julgado improcedente	50	3,25	63	5,04	44	7,3
	Extinto	2	0,13	1	0,08	1	0,17
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	22	1,43	17	1,36	13	2,16
	Arquivamento (art. 844 CLT)	45	2,92	81	6,49	35	5,8
	Desistência	34	2,21	29	2,32	22	3,65
	Outras decisões	5	0,32	7	0,56	3	0,5
<b>TOTAL</b>		<b>1.539</b>	<b>100</b>	<b>1.249</b>	<b>100</b>	<b>603</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Verificou-se diminuição de 290 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 18,84%. Esse índice se mostra aquém da média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

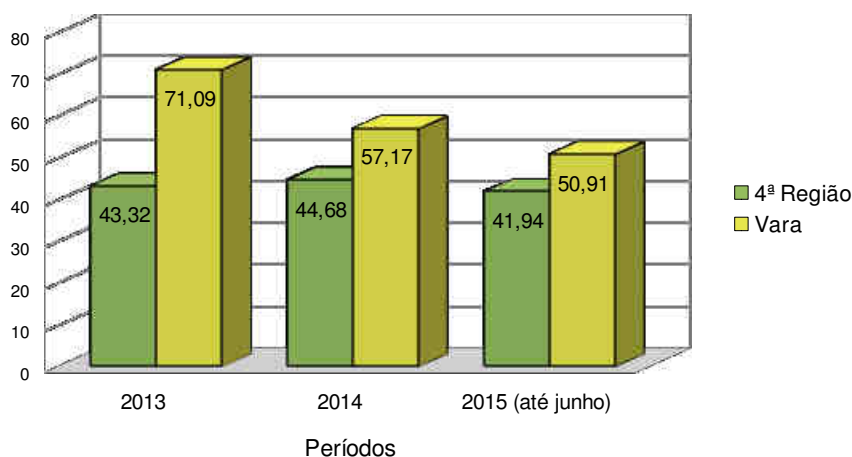
Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 339 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 401 decisões, representando um aumento de 18,29%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 1.094, representando



71,09% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações caiu para 714, correspondendo a 57,17% das soluções na fase de conhecimento. Apesar dessa queda, o índice de conciliações na Unidade ainda foi bastante superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento caiu para 50,91%, resultado ainda acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.06)	Varição 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	225	298	13,28%	142	-52,35%
<b>Encerradas</b>	217	207	13,68%	156	-24,64%
<b>Pendentes</b>	106	192	81,13%	180	-6,25%
<b>Arquivo Provisório</b>	1	2	100,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 106, em 2013, para 192, em 2014, importando em uma elevação de 81,13%. Esse percentual foi bastante superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 13,28% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em



2014 superou em 43,96% o número de liquidações encerradas no respectivo período.

Todavia, no primeiro semestre de 2015 houve recuo de 12 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 6,25%, resultado melhor do que o verificado na média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 0,44%.

### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 1ª Vara</b>	38,63%	41,80%	8,20%	53,29%	27,50%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número liquidações encerradas} / (\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas})]$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 41,80% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 8,20% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, no entanto, o índice da Unidade foi inferior em 2,36 pontos percentuais.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	315	310	-1,59%	194	-37,42%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	41	681	1560,98%	27	-96,04%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	332	212	-36,14%	140	-33,96%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	289	79	-72,66%	31	-60,76%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	13	10	-23,08%	4	-60,00%
	<b>Demais</b>	913	1.000	9,53%	1.079	7,90%
	<b>Total</b>	<b>926</b>	<b>1.010</b>	<b>9,07%</b>	<b>1.083</b>	<b>7,23%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		1.623	1.061	-34,63%	1.069	0,75%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga subiu de 926 para 1.010 processos, o que corresponde a uma elevação de 9,07% em relação ao ano anterior. Esse índice destoou da média apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a queda de 36,14% no número de execuções encerradas na



Unidade em relação ao ano anterior, salientando que as execuções iniciadas superaram as encerradas em 98.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2015 apontam novo aumento de 7,23% no estoque de processos pendentes na fase de execução, índice superior à média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 1ª Vara</b>	77,81%	82,85%	6,48%	88,37%	6,67%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 82,85% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 6,48% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 12,04 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 1ª Vara</b>	88,68%	92,58%	4,40%	93,82%	1,33%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga na fase de execução, a qual passa a corresponder a 92,58% - índice 4,40% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 7,68 pontos percentuais maior, o que denota uma efetividade na execução inferior à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	311	218	-29,90%	175	-19,72%



<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	0	0	-	0	-
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	2.071	2.128	2,75%	2.212	3,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2015. Dessa consulta, encontrou-se um processo com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedor inscrito no BNDT.

1	Processo nº 0005000-84.2009.5.04.0371
<b>Situação processual:</b> Processo se encontra apensado ao de nº 0108700-13.2008.5.04.0371. Neste, em 25.09.2013, foi proferida sentença que extinguiu a execução e determinou a liberação de alvarás, anotação da CTPS do reclamante, devolução dos documentos e arquivamentos dos autos. Na mesma data, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 26.09.2015, foi registrada a quitação do débito do reclamado junto ao BNDT. Por fim, em 18.12.2013, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos.	
<b>Histórico BNDT:</b> No processo nº 0005000-84.2009.5.04.0371, ao contrário do processo principal, tanto a primeira reclamada (Centro de Formação de Condutores Sapiranga Ltda) quanto a segunda (Centro de Formação de Condutores Valderes Ltda.) tiveram seus dados incluídos no BNDT com a informação “com garantia total do juízo”. No entanto, somente foi registrada a quitação do débito da primeira reclamada.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até 30.06)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
<b>Embargos de declaração</b>	60	57	12	137	138	11	50	52	9
<b>Antecipações de tutela</b>	25	24	0	164	112	17	33	32	27
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	6	4	3	2	3	4	2	5	3



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Embargos à execução</b>	44	30	38	25	38	22	20	13	29
<b>Embargos à arrematação</b>	1	2	3	1	3	1	0	0	1
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	12	10	7	6	8	5	0	1	4

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 335 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 126,35% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 137,80% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 127 para 302). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 60, saldo 4,76% maior do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 30.06.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 73, saldo 27,67% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>0001014-54.2011.5.04.0371</b>
<b>Situação processual:</b> Em 09.11.2014, a reclamada apresentou embargos à execução. Na mesma data, o sócio da reclamada apresentou o mesmo incidente processual. Em 09.01.2013, apenas um dos embargos foi concluso para julgamento. Em 11.03.2013, foi lançado no sistema informatizado a decisão que julgou improcedentes os embargos da reclamada. No entanto, consultando o inteiro teor da decisão publicada no sítio do TRT4, constata-se que, além da decisão de improcedência dos embargos da reclamada, os embargos do sócio foram rejeitados por falta de interesse. Em face disso, o incidente processual apresentado pelo sócio continua pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.	
<b>2</b>	<b>0121300-71.2005.5.04.0371</b>
<b>Reclamatória com situação processual similar à de 0001014-54.2011.5.04.0371.</b>	
<b>3</b>	<b>0000267-36.2013.5.04.0371</b>
<b>Situação processual:</b> Em 26.08.2013, a reclamada apresentou embargos de declaração. Em 12.09.2013, foi proferida decisão que não conheceu dos embargos de declaração, por incabíveis. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado nem a conclusão nem o registro daquela decisão, motivo pelo qual o incidente processual permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.	
<b>4</b>	<b>0121300-71.2005.5.04.0371</b>
<b>Situação processual:</b> Em 31.03.2015, a reclamada e a segunda reclamada apresentaram embargos de declaração, os quais foram lançados no sistema informatizado como um incidente apresentado por reclamada. Em 08.04.2015, foi lançado no sistema informatizado apenas uma conclusão para julgamento do incidente e, em 22.04.2015, foi lançada apenas uma decisão de embargos declaratórios.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de



decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

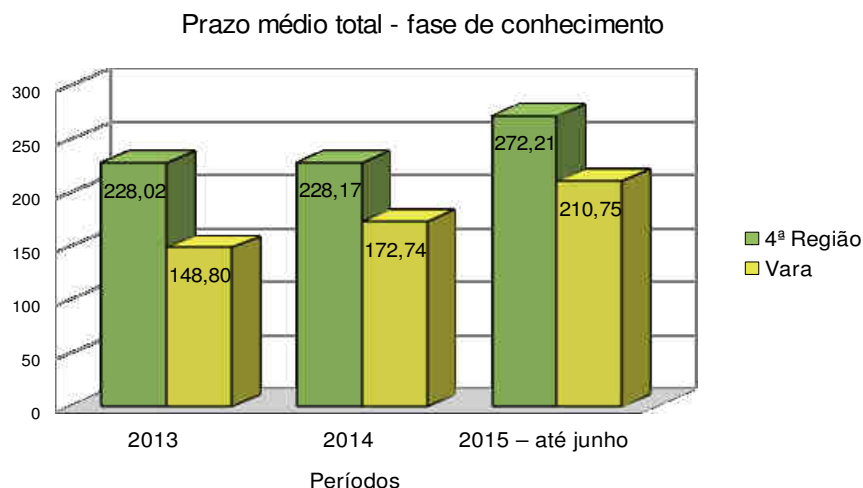
<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	85,11	130,83	53,71%	85,43	-34,70%
	<b>Ordinário</b>	150,69	174,32	15,68%	215,55	23,65%
	<b>Total</b>	<b>148,8</b>	<b>172,74</b>	<b>16,09%</b>	<b>210,75</b>	<b>22,00%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 130,83 dias, correspondendo a um avanço de 53,71% em relação à média do ano anterior. Todavia, no primeiro semestre de 2015, o prazo nesse rito foi 37,70% mais célere na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 174,32 dias, média 15,68% superior na comparação com 2013. Em 2015, igualmente, o prazo médio avançou 23,65% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 24,29% (55,43 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 22,58% (61,47 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:





## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	105	146,5	39,52%	121	-17,41%
	Ordinário	142,39	177,14	19,25%	234,93	32,62%
	Total	<b>142,21</b>	<b>176,2</b>	<b>23,90%</b>	<b>230,86</b>	<b>31,02%</b>

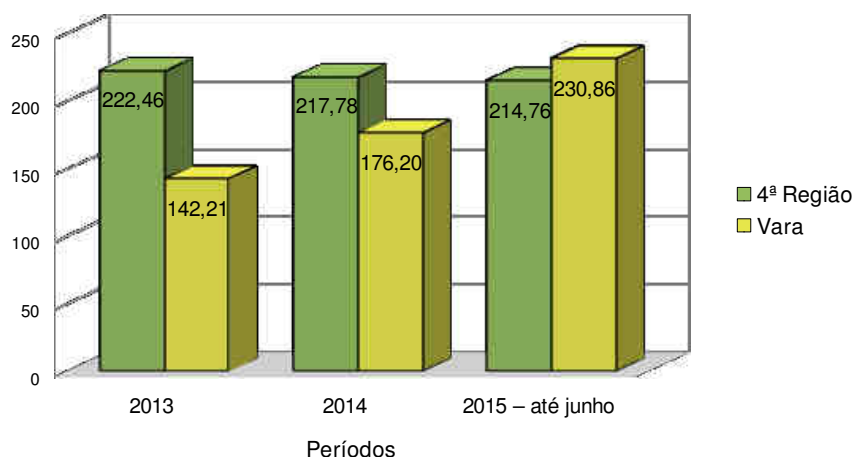
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 146,5 dias, o que equivale a uma elevação de 39,52% em relação à média do ano anterior. No entanto, de janeiro a junho de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 121 dias, período 17,41% menor que em 2014.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 177,14 dias em 2014, média 19,25% maior que a de 2013. Da mesma forma, no primeiro semestre de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário avançou para 243,93 dias, que equivale a um aumento de 32,62%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 19,09% (41,59 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 7,5% (16,1 dias) maior que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

**Prazo médio total - fase de liquidação**







### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	519,37	374,98	-27,80%	575,09	53,37%
	Ente público	1.649,40	753,11	-54,34%	317,00	-57,91%
	<b>Total</b>	<b>557,81</b>	<b>393,37</b>	<b>-17,80%</b>	<b>570,48</b>	<b>45,02%</b>

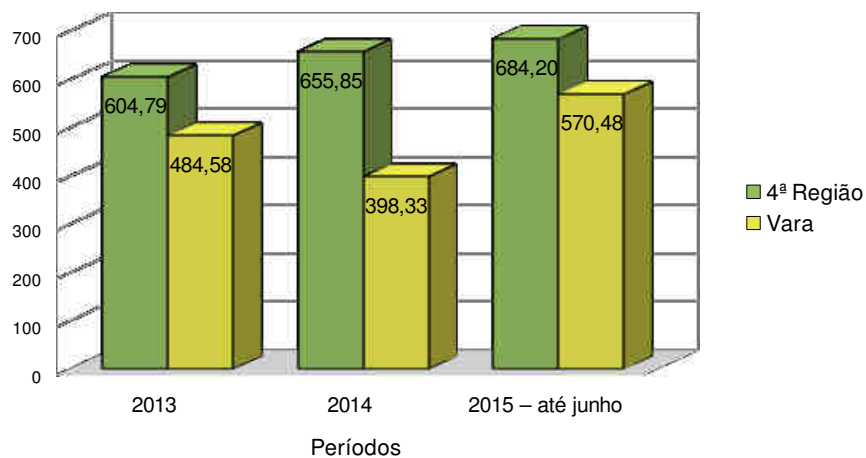
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 519,37 dias, em 2013, para 374,98 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a junho), no entanto, a média aumentou para 575,09 dias, prazo 53,37% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 1.649,40 dias, em 2013, para 753,11, em 2014. Outrossim, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação novamente recuou para 317 dias, que equivale a uma redução 57,91% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi 39,27% (257,52 dias) mais célere que a média da 4ª Região, diferença que vem sendo reduzida nesses seis primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 16,62% (113,72 dias) menor que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução





## **5 METAS**

### **5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	<b>Resultado</b>
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

<b>META 2/2010 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	<b>Resultado</b>
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

<b>META 2/2012 CNJ</b>			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	<b>Resultado</b>
1.425	1.425	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*

<b>META 2/2013 CNJ</b>			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	<b>Resultado</b>
922	922	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

### **5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1 Meta 1:** *“Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.*

<b>META 1/2014 CNJ</b>			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	<b>Resultado</b>
1.509	1.249	<b>82,77%</b>	<b>Meta não cumprida</b>



**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
96	96	100,00%	<b>Meta cumprida</b>
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
609	598	98,19%	<b>Meta cumprida</b>

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.292
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	5
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	352
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	504
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	307
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	370



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	300
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	160
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	48
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	544
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-10,35	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
0,00	Meta não cumprida

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.



META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado parcial (até junho)
597	603	101,01%	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 30.06.2015	%	Resultado
483	463	95,86%	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até junho)
194	123	63,40%	<b>Indicativo de descumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até junho)
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.06.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até junho)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	19	17	18	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2º	Estado do Rio Grande do Sul	7	5	6	Indicativo de cumprimento da meta
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	1	3	Indicativo de cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	3	3	Indicativo de cumprimento da meta
5º	União	1	0	0	Indicativo de cumprimento da meta
6º	OI S.A.	1	2	0	Indicativo de não cumprimento da meta
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	0	1	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	2	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.06)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até junho)
228,17	172,74	210,75	171,01	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado parcial (até junho)
<b>Total de acordos</b>	1094	714	904	307	<b>914</b>	<b>Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	91,17	59,5	75,33	51,17	<b>76,17</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quartas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	8 (I) * 5 (P)	8 (I) * 5 (P)	8 (I) * 5 (P)	-	-
<b>Tarde</b>	-	-	-	-	-

(\*) São incluídos 08 processos de distribuição automática, sendo um horário reservado para adiamentos.

As pautas de Juiz Auxiliar são a cada três semanas. Nas semanas em que há Juiz Auxiliar, as pautas se realizam às segundas, terças e quartas-feiras à tarde, na mesma quantidade informada acima (8 a 9 iniciais e 5 prosseguimentos)

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 12.08.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	23.09.2015 03.10.2015 (contra Fazenda Pública)	23.09.2015
Una Sumaríssimo	18.08.2015	Não há horário pré-reservado para sumaríssimos, considerando a pequena quantidade de processos ajuizados por este rito. Quando há, os processos são incluídos em pauta extra, no prazo máximo de 30 dias, em média.
Instrução	20.04.2016	16.03.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 12.08.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.06)	Varição 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	54,76	57,92	5,77%	55,44	-4,29%
	Ordinário	80,59	76,54	-5,01%	70,99	-7,25%
	Total	79,62	75,96	-4,60%	70,48	-7,21%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 54,76 dias, em 2013, para 57,92 dias, em 2014 (elevação de 5,77%). Todavia, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 55,44 dias, que equivale a uma redução de 4,29% na comparação com 2014.

Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 80,59 dias, em 2013, para 76,54 dias, em 2014 (queda de 5,01%), e novo recuo para 70,99 dias, em 2015 (redução de 7,25%)

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.





## 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	271	127	10	1	<b>409</b>
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	1.058	433	33	1	<b>1.525</b>
<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	72	43	4	0	<b>119</b>
<b>Total</b>	<b>1.401</b>	<b>603</b>	<b>47</b>	<b>2</b>	<b>2.053</b>

2015 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	129	103	5	1	<b>238</b>
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	363	201	14	3	<b>581</b>
<b>(Juiz Não Informado)</b>	3	0	0	0	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>495</b>	<b>304</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>822</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	166	71	0	237	20	<b>257</b>
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	519	296	1	816	102	<b>918</b>
<b>Lúcia Rodrigues De Matos</b>	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>Luís Fernando Da Costa Bressan</b>	-	6	0	6	-	<b>6</b>
<b>Mauricio Joel Zanotelli</b>	29	25	0	54	12	<b>66</b>
<b>Total</b>	<b>714</b>	<b>400</b>	<b>1</b>	<b>1.115</b>	<b>134</b>	<b>1.249</b>



2015 (até 30.06)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	77	74	0	151	23	<b>174</b>
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>	228	145	1	374	50	<b>424</b>
<b>Mauricio Joel Zanotelli</b>	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>(Juiz Não Informado)</b>	2	1	0	3	-	<b>3</b>
<b>Total</b>	307	222	1	530	73	<b>603</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular <b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi</b>
<b>Não constam processos conclusos há mais de 50 dias</b>

Juiz Substituto zoneado <b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>		
0001499-83.2013.5.04.0371	-	-
<b>Total: 1 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 12.08.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 10.08.2015; 50 dias anteriores à data da correição: 22.06.2015)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefas executadas em 48 horas.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 15 dias, em média.

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Execução da tarefa em 48 horas.

### 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em 24 horas, a contar da protocolização.

### 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Análise de protocolo efetuada em 48 horas.



## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção correcional a certificação de prazo estava em uma semana.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.

## 7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências na data da visita correcional.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000071-32.2014.5.04.0371*1	<b>09.06.2015</b>	1 mês e 20 dias
2	0145700-04.1995.5.04.0371*2	<b>12.06.2015</b>	1 mês e 17 dias
3	0000236-16.2013.5.04.0371	<b>02.07.2015</b>	27 dias
4	0130000-51.1996.5.04.0371*3	<b>06.07.2015</b>	23 dias
5	0001403-05.2012.5.04.0371*3	<b>07.07.2015</b>	22 dias
6	0001084-02.2011.5.04.0006	<b>12.07.2015</b>	17 dias
7	0083900-81.2009.5.04.0371	<b>13.07.2015</b>	16 dias
8	0000482-75.2014.5.04.0371	<b>14.07.2015</b>	15 dias
9	0069800-20.1992.5.04.0371	<b>15.07.2015</b>	14 dias
10	0097400-59.2005.5.04.0371	<b>16.07.2015</b>	13 dias
11	0001553-49.2013.5.04.0371	<b>17.07.2015</b>	12 dias
12	0001127-08.2011.5.04.0371	<b>17.07.2015</b>	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.07.2015)

\*1 Há determinação de expedição de mandado de busca e apreensão dos autos, uma vez que a notificação expedida em 19.06.2015 para sua devolução não foi atendida.

\*2 Processo foi devolvido ao Arquivo sem baixa da carga ao procurador do reclamante.

\*3 Processos nos quais foram proferidos despachos e expedidas notificações para cobrança dos autos, ainda não devolvidos há mais de 10 dias.



### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000502-66.2014.5.04.0371	<b>13.07.2015</b>	16 dias
2	0001220-97.2013.5.04.0371	<b>13.07.2015</b>	16 dias
3	0001324-89.2013.5.04.0371	<b>13.07.2015</b>	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.07.2015)

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora constem como vencidos os prazos para devolução de mandados há mais de 10 dias, é rotina da Secretaria o lançamento (via andamento interno) de prazo diverso e posterior àquele gerado pelo Sistema para cobrança aos Oficiais de Justiça, restando visível o acompanhamento e controle para devolução desses mandados, conforme tabela abaixo.

	Carga OJ	Processo	Prazo Vencido no Sistema	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	371-00627/15	0001011-31.2013.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (20.07.2015 pela Secretaria)
2	371-00628/15	0000181-02.2012.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
3	371-00633/15	0000226-35.2014.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
4	371-00634/15	0000228-05.2014.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
5	371-00635/15	0000262-77.2014.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
6	371-00669/15	0000266-17.2014.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
7	371-00670/15	0000276-61.2014.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
8	371-00675/15	0000268-84.2014.5.04.0371	<b>16.06.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
9	371-00725/15	0001045-06.2013.5.04.0371	<b>07.07.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (20.07.2015 pela Secretaria)
10	371-00745/15	0047200-48.2005.5.04.0371	<b>07.07.2015</b>	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
11	371-00746/15			
12	371-00747/15	0000569-36.2011.5.04.0371	<b>07.07.2015</b>	22 dias
13	371-00748/15			
14	371-00750/15			
15	371-00751/15	0000500-04.2011.5.04.0371	<b>07.07.2015</b>	Ainda não vencidos há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
16	371-00752/15			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

17	371-00772/15	0000230-72.2014.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
18	371-00774/15	0001309-57.2012.5.04.0371	14.07.2015	15 dias
19	371-00775/15	0005700-60.2009.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (03.08.2015 pela Secretaria)
20	371-00776/15	0000229-87.2014.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
21	371-00777/15	0000176-77.2012.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (03.08.2015 pela Secretaria)
22	371-00778/15	0000227-20.2014.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
23	371-00779/15	0000097-98.2012.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (03.08.2015 pela Secretaria)
24	371-00780/15	0000250-34.2012.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
25	371-00784/15	0000108-59.2014.5.04.0371	14.07.2015	15 dias
26	371-00785/15	0000697-51.2014.5.04.0371	14.07.2015	15 dias
27	371-00793/15	0000615-20.2014.5.04.0371	14.07.2015	15 dias
28	371-00794/15	0001042-17.2014.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (30.07.2015 pela Secretaria)
29	371-00795/15	0000061-56.2012.5.04.0371	14.07.2015	Ainda não vencido há mais de 10 dias (18.08.2015 pela Secretaria)

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.07.2015)

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 28.07.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **801 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

1	0116700-022008.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Análise da petição das fls. 591-615, carmim, em prazo superior a 30 dias (protocolo em 03.06.2015 e despacho em 06.07.2015, fl. 616, carmim).	
2	0000852-54.2014.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Atas da fl. 19 e fl. 76 sem assinatura do Secretário de Audiências. <b>Movimentação processual:</b> Cumprimento do despacho da fl. 79 em 15 dias, descontado o prazo de ambos os recessos; decorreu prazo superior a 30 dias, das diligências das fls. 90-92 (em 05.03.2015) à expedição do mandado da fl. 94; certificação de decurso de prazo para oposição de embargos à penhora em 21 dias (fl. 98, carmim); certificação de decurso de prazo das notificações das fls. 99-100, carmim, em 16 dias (fl. 100/verso, carmim); expedição da autorização judicial da fl. 101, 25 dias após a certificação da fl. 100/verso, carmim.	



3	0001358-64.2013.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Análise da petição das fls. 203-204, protocolada em 12.06.2015, no prazo de 22 dias (despacho da fl. 205).	
4	0000301-74.2014.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 54. <b>Movimentação processual:</b> Decorreram 27 dias da devolução dos autos à fl. 53 (em 20.8.2014) ao despacho da fl. 56, proferido em 16.09.2014; decorreram 26 dias da certidão lavrada no verso da fl. 73 (em 11.03.2015) ao despacho da fl. 74 (de 06.04.2015); a certidão da fl. 78/verso foi lavrada em 08.05.2015 e o impulso processual ocorreu 20 dias após, fl. 79.	
5	0001272-30.2012.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> O prazo das notificações das fls. 452-453, carmim, decorreu em 17.11.2014 e o impulso processual ocorreu em 18.12.2014 (prazo de 30 dias); o prazo das notificações das fls. 456-461, carmim, conforme andamentos do Infor, expirou em 11.02.2015 e o impulso processual ocorreu em 12.03.2015 (prazo de 30 dias).	
6	0000526-02.2011.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Termo de juntada no verso da fl. 279 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> Análise da petição das fls. 245 em 22 dias (despacho da fl. 247); cumprimento do despacho da fl. 259 em 15 dias (fls. 260-261); o prazo da citação da fl. 261 expirou em 22.04.2014 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 09.05.2014 (17 dias após); os autos ficaram sem movimentação por 21 dias, após a consulta ao Bacen das fls. 21.05.2014; petição das fls. 276-277 juntada 08 dias após a protocolização (protocolo de 08.08.2014 e juntada em 19.08.2014).	
7	0000785-89.2014.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foram lavrados termos para juntada das devoluções postais das fls. 20,21, 81 e 82; ata da fl. 111, carmim, sem assinatura do Secretário de Audiências; não foi lavrado termo para juntada das devoluções postais das fls. 127 e 128, carmim. <b>Movimentação processual:</b> Nada a apontar.	
8	0001218-30.2013.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> O verso das fls. 433-451, carmim não está em branco como noticia a certidão da fl. 453, carmim (primeira folha com esta numeração); há duas folhas numeradas como 453, carmim; não foram lavrados termos para juntada das devoluções postais das fls. 454, carmim, 465, carmim, 484, carmim, e 486, carmim; a fl. 515, carmim não está respeitando a ordem cronológica dos atos processuais; ausência de assinatura do servidor responsável quando da devolução dos autos à fl. 526, carmim. <b>Movimentação processual:</b> Nada a apontar.	
9	0000233-27.2014.5.04.0371
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> O documento originariamente juntado à fl. 24, foi desentranhado, conforme certificado à fl. 26/verso, referida certidão deveria ter sido lavrada na fl. 24 para melhor compreensão dos autos; não foram lavrados termos para juntada das devoluções postais das fls. 58 e 59; a ata da fl. 61, 61/verso não está assinada pelo Secretário de Audiências; a certidão da fl. 261 não respeita a ordem cronológica dos atos processuais,	



considerando a data lançada no termo de juntada da fl. 243/verso.

**Movimentação processual:** Decorreram 23 dias do termo de recebimento da fl. 329/verso ao despacho da fl. 330; decorreram 26 dias da certidão da fl. 332/verso ao despacho da fl. 333.

10

0001044-84.2014.5.04.0371

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 14; o verso das fls. 16,17 e 18 não estão em branco como consta na certidão da fl. 106/verso.

**Movimentação processual:** Nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **801 processos** parados. Excetuados aqueles que estão em situação regular ou com procedimentos em andamento (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria), verificou-se que a irregularidade consiste na **demora para arquivamento dos autos**, desde meados de 2014. Citam-se, como exemplos, os processos nº 0000262-14.2013.5.04.0371, nº 0034500-69.2007.5.04.0371, nº 0000888-96.2014.5.04.0371, nº 0000972-97.2014.5.04.0371 e nº 0055500-62.2006.5.04.0371.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução



para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## **9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 18.08.2014.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 06.08.2015 e 10.08.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

<b>Agrupador</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
Processos c/petições avulsas	-	01	20173.41.2015	12.08.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	06	Todos apreciados	12.08.2015
C/petições não apreciadas	-	07	Todos de 12.08.2015	12.08.2015
c/habilitações não lidas	-	628	-	12.08.2015
Mandados devolvidos OJ	-	01	-	12.08.2015
<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
Aguardando cumprimento prov	Por data de vencimento das tarefas	333	28 processos na subpasta '11 a 15.08.2015'	12.08.2015
Aguardando cumprimento exec.	Por data de vencimento das tarefas	10	09 processos na subpasta '24 a 28.08.2015'	12.08.2015
Aguardando cumprimento liq.	Por data de vencimento das tarefas	12	Todos na subpasta '24 a 28.08.2015'	12.08.2015
Aguardando ciência	-	01	20108.80.2014	05.8.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	-	02	20155.54.2014	03.08.2015
Aguardando término dos prazos	-	64	20208.35.2014 20209.20.2014	25.07.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	12.08.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	05	20026.15.2015 20286.86.2015 20227.41.2014	02.08.2015
Prazos vencidos	-	01	20648.94.2015	12.08.2015
Remeter ao 2º Grau	-	02	20012.65.2014	03.08.2015
Triagem inicial	-	33	20721.66.2015 (sumaríssimo)	04.08.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente. A designação de audiências iniciais é automática para os processos que tramitam no rito ordinário. Nos de rito sumaríssimo a audiência é designada pela





Secretaria da Vara que observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria sobre a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores e pastas para melhor controle da movimentação processual.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A unidade sofreu sensível aumento de casos novos no ano de 2014, o que repercutiu no estoque de processos na fase de conhecimento; a mesma tendência, ainda que não na mesma proporção, é apontada pelos dados disponíveis no sistema eGestão em relação às fases de liquidação e execução; no período apurado de 2015, contudo, há indicativo de estabilidade nos acervos. A Vara destaca-se pelos céleres prazos de tramitação processual em todas as fases, com ênfase para a fase de execução em 2014. Foi constatado certo indicativo de aumento do prazo médio de tramitação da fase de liquidação para o ano de 2015, ao que foi esclarecido pela Diretora de Secretaria que houve alteração de atribuições em relação ao servidor responsável por auxiliar o Juízo na análise das contas de liquidação, o que deverá ser brevemente superado; outro fator relatado a respeito foi a sensível diminuição de acordos nos anos de 2014 e 2015. De qualquer forma, a Corregedora sugeriu a adoção de prazos mais exíguos para a partes manifestarem-se sobre o interesse em apresentar a conta de liquidação, sobretudo considerando-se o grande número de demandadas no polo passivo que compõe as ações na localidade.

No exame dos processos físicos, o aspecto que chamou a atenção foi certa “demora” na certificação dos prazos e impulso processual, o que conforme relatado pela Diretora de Secretaria está também relacionado à necessidade de alteração de atribuições e a designação de mais um servidor para analisar os processos na fase de liquidação.

O Juiz Substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto mostrou-se comprometido com a jurisdição e muito interessado em organizar e otimizar as pautas em razão da recente concessão de Regime Auxiliar pela Corregedoria. Além disso, apresentou excelente produtividade, tendo sido apurado apenas um processo concluso para decisão além do prazo legal.



Ao final da Correição, a Corregedora concedeu a palavra a todos os presentes e, não tendo havido manifestação, parabenizou a todos pelo comprometimento com a unidade e o resultado do trabalho apresentado.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) justifique a não exclusão dos dados das empresas solidárias/subsidiárias do BNDT nos autos dos processos nº 0005000-84.2009.5.04.0371, mormente em face do registro da quitação do débito e do arquivamento definitivo dos autos. Em se tratando de equívoco, determina-se a adoção do mesmo procedimento da alínea “b” em relação às reclamadas;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pelo sócio da reclamada no processo nº 0001014-54.2011.5.04.0371; o mesmo procedimento deverá ser observado em relação aos embargos à execução protocolados em 23.07.2012 no processo nº 0121300-71.2005.5.04.0371;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à decisão que não conheceu dos embargos de declaração apresentados pela reclamada no processo nº 0000267-36.2013.5.04.0371;



- c) verifique a Secretaria se os embargos declaratórios foram apresentados em duas peças no processo nº 0121300-71.2005.5.04.0371, uma pela primeira e outra pela segunda reclamadas. Em caso positivo, deverão ser lançados mais uma conclusão e mais uma decisão aos embargos de declaração, com data retroativa. Em caso negativo, um dos lançamentos informatizados de apresentação de embargos de declaração deverá ser excluído do sistema informatizado.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que o Juiz Substituto zoneado **Carlos Ernesto Maranhão Busatto** profira a sentença no processo nº 0001499-83.2013.5.04.0371, concluso há mais de 50 dias, com a maior brevidade possível.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) observe o disposto no art. 93 da CPCR, em relação à assinatura das atas de audiência pelos Secretários de Audiências;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais e reordene a fl. 515, carmim do processo nº 0001218.30.2013.5.04.00371, considerando a observação contida no item 8.1;
- e) ainda com relação à ordem cronológica dos atos processuais, observe a incorreção no processo nº 0000233-27.2014.5.04.0371;



- f) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- g) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, inclusive devoluções postais, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- h) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR, devendo ser retificada a numeração no processo nº 0001218-30.2013.5.04.0371, analisado no item 8.1.

## **8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **801 processos parados**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo; julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista; pagamento de precatório; andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária, com a maior brevidade possível, **tome as providências necessárias para encerrar os processos que aguardam arquivamento** (processos nº 0000262-14.2013.5.04.0371, nº 0034500-69.2007.5.04.0371, nº 0000888-96.2014.5.04.0371, nº 0000972-97.2014.5.04.0371, nº 0055500-62.2006.5.04.0371 e todos que estejam em situação similar).

## **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Substituto, a Diretora de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiroanga, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o advogado Edison Gilberto Moura, que relatou à Corregedora certa demora no andamento de determinados processos; a Corregedora tomou ciência de cada uma das ações mencionadas e encaminhou as demandas junto à respectiva unidade.

## **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto, pela Diretora de Secretaria Bárbara de Oliveira Frank e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck  
Corregedora Regional**